

O agronegócio é o seguinte

Necessidade urgente de um novo modelo

ANO termina bem diferente de seu início. A alteração foi radical. As atividades do agronegócio vinham embaladas pela febre do etanol nos Estados Unidos, a baixa nos estoques mundiais das *commodities* agrícolas e a bolha especulativa nas Bolsas internacionais. Foi um período de grande aquecimento e muita especulação o verificado entre o terceiro trimestre de 2006 e o segundo trimestre de 2008. Esse movimento começou a arrefecer a partir da crise no *subprime* imobiliário norte-americano em 2007, que causou pânico na economia mundial.

Assim, o plantio da safra nacional de grãos 2008/09 transcorreu num contexto completamente atípico, quando comparado aos outros ciclos. A oferta de crédito sofreu um enxugamento brutal, em que pesem os esforços do governo para evitar a falta de liquidez no mercado. O tamanho da colheita somente não ficou comprometido de forma definitiva ante a aquisição antecipada de insumos ocorrida durante o primeiro semestre. Mas, o padrão tecnológico será inferior ao do ano passado. Resta acompanhar a evolução das culturas e torcer pela não incidência de adversidades climáticas. Depois, a função caberá às políticas públicas de sustentar a renda do produtor.

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, em Brasília, acompanha com muita preocupação o quadro em torno da formação da renda agrícola. Fica cada vez mais evidente o esgotamento do modelo de financiamento formulado a partir da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o Sistema Nacional de Crédito Rural. O exemplo mais emblemático está na recente renegociação da MP 432, de 17 de maio de 2008, convertida na Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, a terceira em 12 anos, que trata de R\$ 75 bilhões dos R\$ 87,5 bilhões da dívida rural com a União.

Um ano e meio de longas reuniões e discussões. Apesar disso tudo, o acerto não satisfaz o governo, nem a agricultura. O resultado é um enorme desgaste do setor na opinião pública. Focar o problema no círculo crédito e dívida ficou anacrônico e não mais atende à realidade das cadeias produtivas. Falta intensificar medidas anticíclicas ligadas a seguro e contratos futuros de proteção de preço. Isso ajudará a melhorar a gestão e a profissionalização da atividade primária. É muito risco crescer na dependência básica de recursos de terceiros.

A Lei Complementar nº 87, de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, ao isentar a cobrança de ICMS nos produtos exportados, estimulou a expansão da soja para o Centro-Oeste, agora precisa ser revista. Sem infraestrutura de armazenagem e transporte não é possível interiorizar e deixar a agricultura baseada em produto de baixo valor agregado. O governo precisa sinalizar o ritmo do crescimento, com políticas fundamentadas em zoneamentos econômico-ecológicos e integradas a sistemas integrados de grãos, pastagens e reflorestamentos. É repensar sob outros moldes a situação que está aí, para uma solução de médio e longo prazos.

Inserida nessa situação está a Lei nº 4771/65, que trata do Código Florestal, com os conceitos de reserva legal e área de preservação permanente. Há mais de quatro décadas a legislação, gradativamente, fica distante da realidade.

O Projeto de Lei nº 6.424, elaborado em 2005 e aprovado no Senado, atualmente encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados. Um de seus objetivos é permitir que 30% das Reservas Legais na Amazônia possam ser recompostas com espécies exóticas ao ecossistema amazônico, incluindo as palmáceas. A flexibilidade do Código Florestal coloca contra o governo duas forças opostas. De um lado, os ruralistas, que dispõem de mais terras para serem cultivadas. De outro, os ambientalistas, temerosos com o risco do aumento de terras cultiváveis e do plantio de espécies exóticas, como o dendê.

A situação ficou mais complicada com o Decreto nº 6514, publicado em 22 de julho, que estabelece novas exigências e punições a pretexto de regulamentar a Lei de Crimes Ambientais (9605/98). Entre as imposições, está o prazo de seis meses para averbação de reserva legal a partir da publicação do decreto, além de multas e embargos à comercialização de produtos agropecuários vindos de propriedades localizadas em áreas de proteção ambiental. Também prevê a demolição de obras que estiverem em locais de conservação do meio ambiente. No entanto, para o setor agropecuário, o texto do decreto é inconstitucional por prever imposições não previstas em lei. No meio de toda esta discussão, ainda temos nosso quadro especial sobre a crise.

Em contexto recessivo, a agenda do agronegócio continuará turbulenta. *Agroanalysis* agradece a atenção e comentários de seus seletos leitores neste ano que finda. Boas festas e próspero 2009 para todos. ■